

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2021



SICOOB
Planalto Central

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA

SICOOB PLANALTO CENTRAL

CNPJ: 00.692.214/0001-76

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		912.802.035,44	813.928.084,94
DISPONIBILIDADES	4	52.521,08	3.606,52
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		675.339.288,18	611.992.650,56
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	434.562.868,33	391.777.239,77
Títulos e Valores Mobiliários	4	49.243.231,12	46.114.770,52
Operações de Crédito	5	191.533.133,60	174.100.381,58
Outros Ativos Financeiros	6	55,13	258,69
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	5	(1.289.340,18)	(1.536.361,56)
(-) Operações de Crédito		(1.289.340,18)	(1.536.361,56)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	12.902,50	7.668,54
OUTROS ATIVOS	8	1.297.074,22	777.537,14
INVESTIMENTOS	9	235.188.430,63	200.289.339,47
IMOBILIZADO DE USO	10	4.902.503,32	4.788.912,16
INTANGÍVEL	11	165.537,54	125.605,35
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(2.866.881,85)	(2.520.873,24)
TOTAL DO ATIVO		912.802.035,44	813.928.084,94
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		912.802.035,44	813.928.084,94
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12	660.441.017,56	596.847.164,09
Relações Interfinanceiras		660.410.916,98	596.829.478,47
Centralização Financeira - Cooperativas		660.410.916,98	596.829.478,47
Outros Passivos Financeiros	13	30.100,58	17.685,62
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	15	311.356,39	274.201,21
OUTROS PASSIVOS	16	10.407.127,93	6.590.243,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	241.642.533,56	210.216.476,64
CAPITAL SOCIAL	17.a	210.876.206,54	182.317.911,07
RESERVAS DE SOBRAS		18.579.622,74	16.929.173,85
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(2.836.535,36)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17.d	15.023.239,64	10.969.391,72
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		912.802.035,44	813.928.084,94

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA

SICOOB PLANALTO CENTRAL
 CNPJ: 00.692.214/0001-76
 DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.718.463,83	28.858.266,79	13.896.878,32
Operações de Crédito	18	5.913.145,48	8.396.300,44	5.067.778,39
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		13.645.626,56	18.897.315,50	7.937.082,05
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.159.691,79	1.564.650,85	892.017,88
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19	(20.509.561,84)	(28.622.381,51)	(13.396.081,28)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	12.a	(20.729.158,52)	(28.869.402,89)	(13.941.360,41)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.d	219.596,68	247.021,38	545.279,13
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		208.901,99	235.885,28	500.797,04
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		9.191.017,60	16.280.271,79	13.222.618,78
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	20	10.694,69	20.594,13	21.479,87
Dispêndios e Despesas de Pessoal	21	(5.392.752,94)	(10.701.764,94)	(9.561.828,31)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	22	(2.246.618,85)	(4.389.135,89)	(3.618.039,00)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(24.526,08)	(58.633,27)	(53.748,95)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9.a	11.415.649,96	20.253.325,07	15.234.093,33
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	23	6.551.817,15	12.979.319,57	11.282.313,37
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	24	(1.123.246,33)	(1.823.432,88)	(81.651,53)
RESULTADO OPERACIONAL		9.399.919,59	16.516.157,07	13.723.415,82
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	25	(784,80)	(784,80)	(57,31)
(-) Perdas de Capital		(784,80)	(784,80)	(57,31)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		9.399.134,79	16.515.372,27	13.723.358,51
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.556,08)	(2.713,79)	(2.599,35)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(651,38)	(1.218,42)	(1.273,15)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(904,70)	(1.495,37)	(1.326,20)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		9.397.578,71	16.512.658,48	13.720.759,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA

SICOOB PLANALTO CENTRAL

CNPJ: 00.692.214/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		9.397.578,71	16.512.658,48	13.720.759,16
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		2.811.051,62	(2.836.535,36)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		2.811.051,62	(2.836.535,36)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		12.208.630,33	13.676.123,12	13.720.759,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA

SICOOB PLANALTO CENTRAL
 CNPJ: 00.692.214/0001-76
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	171.087.425,94	0,00	15.557.999,88	921.413,25	0,00	9.285.076,28	196.851.915,35
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	0,00	0,00	0,00	464.792,17	0,00	(464.792,17)	0,00
Distribuição de sobras para associados	8.820.284,11	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.820.284,11)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.460.201,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.460.201,02
Por Devolução (-)	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(50.000,00)
Reversões de Reservas	0,00	0,00	0,00	(1.386.205,42)	0,00	0,00	(1.386.205,42)
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.720.759,16	13.720.759,16
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.371.173,97	0,00	0,00	(1.371.173,97)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.371.173,97)	(1.371.173,97)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.019,50)	(9.019,50)
Saldos em 31/12/2020	182.317.911,07	0,00	16.929.173,85	0,00	0,00	10.969.391,72	210.216.476,64
Saldos em 31/12/2020	182.317.911,07	0,00	16.929.173,85	0,00	0,00	10.969.391,72	210.216.476,64
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(548.471,86)	(548.471,86)
Distribuição de sobras para associados	10.420.919,86	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.420.919,86)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	18.137.375,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.137.375,61
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819.648,57	1.819.648,57
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.512.658,48	16.512.658,48
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.836.535,36)	0,00	(2.836.535,36)
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.650.448,89	0,00	0,00	(1.650.448,89)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.650.448,89)	(1.650.448,89)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.169,63)	(8.169,63)
Saldos em 31/12/2021	210.876.206,54	0,00	18.579.622,74	0,00	(2.836.535,36)	15.023.239,64	241.642.533,56
Saldos em 30/06/2021	212.738.830,35	(9.999.999,93)	16.929.173,85	0,00	(5.647.586,98)	7.115.079,77	221.135.497,06
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	0,00	9.999.999,93	0,00	0,00	0,00	0,00	9.999.999,93
Estorno de Capital	(1.862.623,81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.862.623,81)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819.648,57	1.819.648,57
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.397.578,71	9.397.578,71
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.811.051,62	0,00	2.811.051,62
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	0,00	0,00	1.650.448,89	0,00	0,00	(1.650.448,89)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.650.448,89)	(1.650.448,89)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.169,63)	(8.169,63)
Saldos em 31/12/2021	210.876.206,54	0,00	18.579.622,74	0,00	(2.836.535,36)	15.023.239,64	241.642.533,56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA

SICOOB PLANALTO CENTRAL
 CNPJ: 00.692.214/0001-76
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		9.399.134,79	16.515.372,27	13.723.358,51
Resultado de Equivalência Patrimonial		(11.415.649,96)	(20.253.325,07)	(15.234.093,33)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(219.596,68)	(247.021,38)	(545.279,13)
Depreciações e Amortizações		190.684,05	365.053,81	315.692,45
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		(2.045.427,80)	(3.619.920,37)	(1.740.321,50)
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(8.241.361,64)	(17.432.752,02)	(865.977,85)
Outros Ativos Financeiros		403,39	203,56	105,77
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(4.603,26)	(5.233,96)	(1.341,81)
Outros Ativos		666.676,27	(519.537,08)	309.785,83
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Relações Interfinanceiras		52.208.378,63	63.581.438,51	197.896.913,13
Outros Passivos Financeiros		(8.113,81)	12.414,96	(33.436,81)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		83.586,78	37.155,18	14.538,09
Outros Passivos		2.888.357,24	3.816.884,93	1.495.820,61
FATES - Atos Cooperativos		(1.650.448,89)	(1.650.448,89)	(1.371.173,97)
FATES - Atos Não Cooperativos		(8.169,63)	(8.169,63)	(9.019,50)
Outras Destinações		-	(548.471,86)	-
Imposto de Renda		(651,38)	(1.218,42)	(1.273,15)
Contribuição Social		(904,70)	(1.495,37)	(1.326,20)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		43.887.721,20	43.660.849,54	195.693.292,64
Atividades de Investimentos				
Aquisição de Intangível		(21.528,39)	(39.932,19)	(55.600,76)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(26.989,34)	(132.636,36)	(59.123,94)
Aquisição de Investimentos		(18.628.323,63)	(17.482.301,45)	(819.522,78)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(18.676.841,36)	(17.654.870,00)	(934.247,48)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		9.999.999,93	18.137.375,61	2.460.201,02
Devolução de Capital à Cooperados		-	-	(50.000,00)
Estorno de Capital		(1.862.623,81)	-	-
Reversões de Reservas		-	-	(1.386.205,42)
Reversões de Fundos		1.819.648,57	1.819.648,57	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		9.957.024,69	19.957.024,18	1.023.995,60
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		35.167.904,53	45.963.003,72	195.783.040,76
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		448.690.716,00	437.895.616,81	242.112.576,05
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		483.858.620,53	483.858.620,53	437.895.616,81
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		35.167.904,53	45.963.003,72	195.783.040,76

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****1. Contexto Operacional**

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA** é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** coordena as ações do Sistema, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, sediado à **QUADRA 06 - TORRE II, Nº 2.080, SIG, BRASÍLIA - DF**, não possui Postos de Atendimento (PAs).

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em **31/01/2022**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não

confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

- a) Adoção de regime de teletrabalho (home-office) para todo o quadro de empregados;
- b) Aquisição de licenças de programas de computador para realização de reuniões via internet;
- c) Aquisição de sistema de assinatura eletrônica;
- d) Disponibilização de equipamentos (computadores, cadeiras, fones de ouvido, dentre outros) para os empregados;
- e) Regime de plantão exclusivo para atividades presenciais compulsórias, tais como malote;
- f) Cumprimento rigoroso das medidas impostas pelas autoridades governamentais e sanitárias;
- g) Aquisição centralizada de máscaras e álcool gel;

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas apropriadas referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	52.521,08	3.606,52
AIL – Op. Compromissadas (a)	10.122.844,45	10.021.538,21
AIL – Depósitos Interfinanceiros (b)	424.440.023,88	381.755.701,56
Títulos e Valores Mobiliários (c)	49.243.231,12	46.114.770,52
TOTAL	483.858.620,53	437.895.616,81

a) Refere-se à aplicação em operação compromissada com Banco Sicoob, com lastro em letras financeiras do tesouro (LFT), com remuneração de 100% do CDI.

b) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 98% e 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.645.626,56	18.897.315,50	7.937.082,05

c) Referem-se às aplicações em cotas de fundo de renda fixa BANCO SICOOB CENTRALIZAÇÃO FI-RF-CRÉDITO, utilizado para gerenciamento de caixa da Central com disponibilidade de resgate imediato.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	1.159.691,79	1.564.650,85	892.017,88
TOTAL	1.159.691,79	1.564.650,85	892.017,88

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	145.146.156,04	46.386.977,56	191.533.133,60	145.201.344,68	28.899.036,90	174.100.381,58
Total de Operações de Crédito	145.146.156,04	46.386.977,56	191.533.133,60	145.201.344,68	28.899.036,90	174.100.381,58
(-) Provisões para Operações de Crédito	(998.191,64)	(291.148,54)	(1.289.340,18)	(1.273.218,41)	(263.143,15)	(1.536.361,56)
TOTAL	144.147.964,40	46.095.829,02	190.243.793,42	143.928.126,27	28.635.893,75	172.564.020,02

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	26.671.405,62	26.671.405,62		5.015.604,58	
A 0,5% Normal	133.243.276,26	133.243.276,26	(666.216,38)	104.943.919,84	(524.719,60)

B	1%	Normal	16.271.489,08	16.271.489,08	(162.714,89)	45.629.187,00	(456.291,87)
C	3%	Normal	15.346.962,64	15.346.962,64	(460.408,88)	18.511.670,16	(555.350,10)
Total Normal			191.533.133,60	191.533.133,60	(1.289.340,18)	174.100.381,58	(1.536.361,56)
Total Geral			191.533.133,60	191.533.133,60	(1.289.340,18)	174.100.381,58	(1.536.361,56)
Provisões			(1.289.340,18)	(1.289.340,18)		(1.536.361,56)	
Total Líquido			190.243.793,42	190.243.793,42		172.564.020,02	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	46.675.981,18	98.470.174,86	46.386.977,56	191.533.133,60
TOTAL	46.675.981,18	98.470.174,86	46.386.977,56	191.533.133,60

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.536.361,56	1.508.936,86
Constituições/Reversões no período	(247.021,38)	27.424,70
Saldo Final	1.289.340,18	1.536.361,56

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	21.530.544,58	11%	21.300.018,73	12%
10 Maiores Devedores	175.474.220,87	92%	163.999.558,59	94%
50 Maiores Devedores	191.734.695,52	100%	174.100.381,58	100%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	287.115,83	287.115,83
Saldo Final	287.115,83	287.115,83

g) Operações renegociadas:

Em **31 de dezembro de 2021**, as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 29.917.796,28**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a Receber	55,13	258,69
TOTAL	55,13	258,69

a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Serviços Prestados (R\$ 55,13);

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	12.902,50	7.668,54
TOTAL	12.902,50	7.668,54

8. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14.987,95	2.207,59
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	32.528,29	1.986,23
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	9.476,60
Devedores Diversos – País (a)	1.144.560,86	675.217,52
Despesas Antecipadas	104.997,12	88.649,20
TOTAL	1.297.074,22	777.537,14

a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a despesas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a serem rateadas entre suas cooperativas filiadas, no valor de (R\$ 1.143.355,42) e Valores a receber - Mensalidades (R\$ 1.205,44);

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 5.794,64) e Auxílio alimentação (R\$ 99.202,48).

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	230.042.551,26	194.701.968,68
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	4.760.716,25	5.202.207,67
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito (b)	385.163,12	385.163,12
TOTAL	235.188.430,63	200.289.339,47

a) Refere-se a ações do Banco Sicoob, avaliados pelo método de Equivalência Patrimonial tendo sido reconhecido no exercício de 2021 o montante de R\$ 20.253.325,07 de receitas com participação em coligadas e controladas e em 2020 de R\$ R\$ 15.234.093,33.

b) Refere-se as ações da Confefrás, CNAC e Corretora Annelus.

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	3.816.689,60	3.816.689,60
Instalações	10%	151.329,35	151.329,35
Móveis e equipamentos de Uso	10%	234.093,69	253.923,69
Sistema de Processamento de Dados	20%	615.850,51	482.429,35
Sistema de Segurança	10%	84.540,17	84.540,17
Total de Imobilizado de Uso		4.902.503,32	4.788.912,16
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.985.526,95)	(1.832.859,35)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(134.343,22)	(81.230,65)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(614.832,71)	(516.197,20)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.734.702,88)	(2.430.287,20)
TOTAL		2.167.800,44	2.358.624,96

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	165.537,54	125.605,35
Total de Intangível	165.537,54	125.605,35
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(132.178,97)	(90.586,04)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(132.178,97)	(90.586,04)
TOTAL	33.358,57	35.019,31

12. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 104% do CDI (2020 - 105%).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	660.410.916,98	596.829.478,47
TOTAL	660.410.916,98	596.829.478,47

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	147.740.949,25	22%	119.867.854,58	20%
10 Maiores Depositantes	644.618.717,90	98%	579.809.007,44	97%
50 Maiores Depositantes	660.410.916,98	100%	596.829.478,47	100%

Abaixo as despesas auferidas com centralização financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração da centralização financeira	20.729.158,52	28.869.402,89	13.941.360,41
TOTAL	20.729.158,52	28.869.402,89	13.941.360,41

13. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020e
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	30.100,58	17.685,62
TOTAL	30.100,58	17.685,62

14. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	270,65	289,19
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.300,13	4.358,78
Impostos e Contribuições sobre Salários	307.706,08	269.419,72
Outros	79,53	133,52
TOTAL	311.356,39	274.201,21

16. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	3.852.917,68	3.465.475,87
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	825.358,40	552.645,15
Credores Diversos – Pais (c)	5.728.851,85	2.572.121,98
TOTAL	10.407.127,93	6.590.243,00

a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	3.065.240,99	2.806.247,62
Fundos Voluntários (a.2)	787.676,69	659.228,25
TOTAL	3.852.917,68	3.465.475,87

a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

a.2) Os valores registrados a título de Fundos Voluntários, refere-se ao Fundo de Marketing, que tem finalidade de execução da Política Institucional de Comunicação e Marketing. Conforme decisão da assembleia geral ordinária ocorrida em 2021, foram destinados 5% das sobras líquidas apuradas em 2020 para aporte ao referido fundo, com destinação de R\$ 548.471,86.

b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 679.976,83 e Outras despesas administrativas (R\$ 145.381,57);

c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se à Remuneração da centralização financeira às cooperativas filiadas (R\$ 5.177.445,60) pagas no mês subsequente, Apoio financeiro ao SESCOOP (R\$ 366.564,76), Créditos de terceiros (R\$ 135.881,49) e Convênio SESCOOP (R\$ 48.960,00).

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	210.876.206,54	182.317.911,07
Associados	12	12

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, representa 10% das sobras apuradas no exercício, conforme Estatuto Social.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **30/03/2021**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- 95% para Conta Capital, no valor de R\$ 10.420.919,86;
- 5% para Fundo de Marketing, fundo voluntário, no valor de R\$ 548.471,86. O fundo tem finalidade de execução da Política Institucional de Comunicação e Marketing. Conforme decisão da assembleia geral ordinária ocorrida em 2021.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	16.515.372,27	13.723.358,51
(-) IRPJ/CSSL	(2.713,79)	(2.599,35)
FATES decorrentes de atos não-cooperativos	(8.169,63)	(9.019,50)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	16.504.488,85	13.711.739,66
Destinações estatutárias	(3.300.897,78)	(2.742.347,94)
Reserva legal - 10%	(1.650.448,89)	(1.371.173,97)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(1.650.448,89)	(1.371.173,97)
Sobras antes da Reversão do Fates	13.203.591,07	10.969.391,72
Reversão da utilização do FATES e FUNDOS VOLUNTÁRIOS	1.819.648,57	-
Reversão da utilização do FATES	1.399.625,15	-
Reversão da utilização do FUNDOS VOLUNTÁRIOS	420.023,42	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	15.023.239,64	10.969.391,72

e) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2021, a SICOOB PLANALTO CENTRAL realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

18. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	5.913.145,48	8.396.300,44	5.067.778,39
TOTAL	5.913.145,48	8.396.300,44	5.067.778,39

19. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Dispêndios de Depósitos Intcooperativos	(20.729.158,52)	(28.869.402,89)	(13.941.360,41)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.095.009,83	1.898.458,43	2.920.958,47
Provisões para Operações de Crédito	(875.413,15)	(1.651.437,05)	(2.375.679,34)
TOTAL	(20.509.561,84)	(28.622.381,51)	(13.396.081,28)

20. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	10.694,69	20.594,13	21.479,87
TOTAL	10.694,69	20.594,13	21.488,87

21. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(86.400,00)	(187.200,00)	(168.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(640.800,00)	(1.281.600,00)	(1.240.000,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.075.668,52)	(2.071.515,93)	(1.823.325,01)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.003.445,77)	(1.968.062,61)	(1.702.765,45)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.579.288,65)	(5.185.686,40)	(4.620.587,85)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.150,00)	(7.700,00)	(7.150,00)
TOTAL	(5.392.752,94)	(10.701.764,94)	(9.561.828,31)

22. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Aluguéis	(2.572,22)	(4.785,39)	(6.463,76)
Despesas de Comunicações	(28.760,29)	(60.945,26)	(72.782,65)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.480,00)	(6.360,00)	(6.220,00)
Despesas de Material	(1.466,49)	(11.596,62)	(17.819,83)
Despesas de Processamento de Dados	(94.206,74)	(175.453,23)	(94.825,63)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(468.767,52)	(937.535,04)	(858.189,32)
Despesas de Publicações	-	(500,00)	(1.814,55)
Despesas de Seguros	(9.366,96)	(15.788,47)	(9.405,51)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(49.228,02)	(93.906,77)	(65.141,81)
Despesas de Serviços de Terceiros	(9.049,41)	(79.047,63)	(4.346,36)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(298.639,76)	(596.658,43)	(466.027,60)
Despesas de Transporte	(33.063,94)	(60.222,96)	(58.118,26)
Despesas de Amortização	(14.735,29)	(41.592,93)	(20.581,45)
Despesas de Depreciação	(175.948,76)	(323.460,88)	(295.111,00)
Outras Despesas Administrativas	(1.057.333,45)	(1.981.282,28)	(1.641.191,27)
TOTAL	(2.246.618,85)	(4.389.135,89)	(3.618.039,00)

23. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	-	-	22.992,84
Outras rendas operacionais	6.551.817,15	12.979.319,57	11.259.320,53
TOTAL	6.551.817,15	12.979.319,57	11.282.313,37

24. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	-	(700.166,48)	(72.558,21)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	-	(19,45)	(17,07)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(0,62)	(1,25)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	(9.075,00)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(821.481,93)	(821.481,93)	-
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(301.764,40)	(301.764,40)	-
TOTAL	(1.123.246,33)	(1.823.432,88)	(81.651,53)

25. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
(-) Perdas de Capital	(784,80)	(784,80)	(57,31)
TOTAL	(784,80)	(784,80)	(57,31)

26. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

27. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

a) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(145.440,00)	(293.760,00)	(145.440,00)	(281.600,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(640.800,00)	(1.281.600,00)	(640.800,00)	(1.240.000,00)

28. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

28.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

28.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

28.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

28.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

28.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

28.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

29. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	35.727.541,23	36.497.634,38
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	184.697.718,17	162.273.372,87
Índice de Basileia (mínimo 11%)	19,27%	22,43%
Imobilizado para cálculo do limite	2.552.963,56	2.743.788,08
Índice de imobilização (limite 50%)	7,14%	7,51%

31. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(57.352,05)	(108.634,56)	(8.569,97)	(80.409,52)
TOTAL	(57.352,05)	(108.634,56)	(8.569,97)	(80.409,52)

32. Provisão para Demandas Judiciais

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB PLANALTO CENTRAL, não existem processos judiciais nos quais a Central figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível ou provável, portanto não há necessidade de reconhecimento de provisão.

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Newton José Cunha Brum
Diretor de Operações

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC/DF 7.534

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda. – Sicoob Planalto Central

Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda. – Sicoob Planalto Central**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Planalto Central** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Diego Rabelo'.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090